

O MOVIMENTO NEGRO E A CONSTITUIÇÃO CIDADÃ: DAS LEIS À IMPLEMENTAÇÃO DOS DIREITOS

QUAL A ATUAÇÃO DO MOVIMENTO NEGRO E DE MULHERES NEGRAS NO PROCESSO DE DEMOCRATIZAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DO PAÍS?
 COMO O MOVIMENTO NEGRO E DE MULHERES NEGRAS SE ARTICULAM COM OUTROS MOVIMENTOS, PARA A TRANSFORMAÇÃO DAS DESIGUALDADES?

O ponto alto da mobilização negra também se fez representar no texto constitucional de 1988. As conquistas do movimento negro, na nova Constituição, abriram uma agenda de ações para o ativismo negro, cujas demandas se voltaram para as ações de implementação de políticas direcionadas para a população negra. Isso se fez por meio do crescimento e profissionalização de seus ativistas e suas organizações civis, as quais foram se tornando as principais protagonistas de iniciativas antirracistas durante a década de 1990 (HERINGER, 2000).

Com o fortalecimento do movimento negro nas suas diferentes expressões, a militância política sentiu a necessidade de fazer o *I Encontro Nacional de Entidades Negras*, que ocorreu na cidade de São Paulo, em 1991. Segundo Mendonça (1996), que fez o levantamento dos/as participantes do evento, havia 550 delegados/as oriundos/as de 19 estados do país, além dos/as participantes que somavam aproximadamente mil pessoas. Esse evento foi construído a partir de encontros estaduais e a coordenação geral ficou a cargo dos Agentes Pastorais Negros (APNs), a Unegro e a Soweto. O evento permitiu evidenciar o acúmulo de forças e de experiências de ativismo, que o movimento social tinha adquirido nas décadas anteriores.

Com esse potencial, os anos de 1990 assistiram a um deslocamento da postura do movimento negro perante a sociedade e o Estado, na medida em que esse movimento passou por um processo de institucionalização de suas práticas sociais, configurando-se em associações civis. A bem dizer, os projetos sociais são a cristalização de uma experiência gestora que passou a fazer parte do cotidiano dessas formas de associações civis, com predomínio das ações de caráter gerencial, financiadas por recursos públicos e privados (fundações, agências multilaterais e empresas nacionais e internacionais). Dentre as áreas de atuação dessas associações, destacam-se a saúde, a educação, a assessoria jurídica ou “advocacia dos direitos humanos”.

Essa nova prática organizativa, introduzida pela entrada da economia e das finanças nas associações, combina indivíduos com perfil de liderança política – na figura do “militante” construída no protesto político – e o novo perfil cada vez mais em destaque: a figura do “funcionário” ou do “assessor” (RIOS, 2009). Por outro lado, tornam-se cada vez mais proeminentes a figura do *público-alvo* e dos *prestadores de serviços*. Esse processo de institucionalização não é uma particularidade do movimento negro, já que pode ser notado em outras agremiações políticas, como as das feministas, ambientalistas e até mesmo os grupos de defesa dos bairros, uma vez que no Brasil ocorreu, principalmente a partir da década de 1990, uma expansão desse modelo de associação civil.

O ideal coletivo do movimento negro vigente deseja a reforma democrática em favor da igualdade de direitos e do pluralismo étnico-racial.

O ideal coletivo do movimento negro vigente deseja a reforma democrática em favor da igualdade de direitos e do pluralismo étnico-racial. Em outras palavras, suas reivindicações são mais incisivas no que compete à **não discriminação dos/as negros/as em instituições públicas e privadas, à redução das desigualdades raciais nos diversos âmbitos da vida, particularmente no trabalho, na educação e, mais recentemente, na saúde.**

As demandas por terras quilombolas e a inserção de história da África e dos/as afro-brasileiros/as no currículo escolar, bem como o fortalecimento das práticas culturais tradicionalmente associadas aos afro-brasileiros/as (como candomblés, o jongo, congada, o tambor de crioula e capoeira dentre outros) são reivindicações que estão no escopo das lutas antirracistas do Brasil. A busca por reconhecimento deixou de ser apenas a base moral e ética que formou a identidade dos ativistas, passando agora a objeto de litígio do movimento social frente ao Estado. Isto é, a universalização dos direitos também se faz, na compreensão dos/as ativistas, pela construção de uma imagem negra sem os estereótipos característicos do senso comum nacional, pela valorização de práticas e saberes de comunidades negras tradicionais e pela demarcação de terras coletivas para as populações descendentes de escravizados/as, além de educação diferenciada, voltada para o enfrentamento do racismo contra esses grupos.

Com efeito, com o estabelecimento do Estado Democrático de Direito no Brasil, o movimento negro disputa os conceitos fundamentais da democracia, particularmente a ideia de universalidade, liberdade e de igualdade, bem como a de participação e representação política. Essa luta acontece também, e cada vez mais, nos espaços institucionais, como parlamento, na burocracia estatal (na qual são desenhadas as políticas públicas), no judiciário, em que são realizadas as queixas e denúncias de discriminação racial, especialmente no Ministério Público, instância de poder frequentemente utilizada pelo movimento negro em suas investidas contra o Estado e empresas privadas (RIOS, 2009).

Esse desempenho público dos/as afro-brasileiros/as tem ocorrido a despeito de sua baixa representatividade política no parlamento (JOHNSON III, 2000). Em que pese esse número reduzido de políticos/as dispostos/as e interessados/as em representar as demandas sociais negras, nas últimas duas décadas, o movimento negro atuou com firmeza no sentido de introduzir a temática racial na disputa institucional brasileira (Guimarães, 2001).

o movimento negro atuou com firmeza no sentido de introduzir a temática racial na disputa institucional brasileira

Isso ocorreu, sobretudo, a partir de 1995, em decorrência da **Marcha do Tricentenário da Morte de Zumbi**. Estima-se que cerca de 30 mil pessoas caminharam em rememoração aos 300 anos de morte do herói quilombola, com o seguinte lema: "**contra o racismo, pela cidadania e a vida**".

A marcha culminou com o encontro entre o então Presidente da República e a **comitativa nacional do movimento**. Nesse encontro, alguns de seus ministros, como Paulo Renato e Edson Arantes do Nascimento, o Pelé, se faziam presentes quando os/as ativistas/as entregaram um **DOCUMENTO FORMAL** no qual apresentava suas reivindicações, “denunciando o racismo, defendendo a inclusão dos/as negros/as na sociedade brasileira e apresentando propostas concretas de políticas públicas”. No depoimento do ativista Edson Cardoso, esse evento marcava um novo tipo de intervenção do movimento negro junto ao Estado:

DOCUMENTO FORMAL

Acesse o documento final de divulgação da Marcha do Tricentenário da Morte de Zumbi; MARCHA NACIONAL ZUMBI DOS PALMARES, CONTRA O RACISMO, PELA CIDADANIA E PELA VIDA, 1, 1996. Documento apresentado ao Sr. Presidente da República do Brasil, Fernando Henrique Cardoso. Disponível em: http://www.leliagonzalez.org.br/material/Marcha_Zumbi_1995_divulgacaoUNEGRO-RS.pdf Acesso em 16 de maio de 2010.

"Chegamos aqui após percorrermos um longo caminho e acreditamos que a partir desse momento a questão racial deixa de ficar no confinamento do cultural, onde o estado intervém no carnaval liberando verbas para o desfile de bloco. O que a marcha veio exigir da representação política do estado brasileiro é que o orçamento da união defina recursos explicitamente para superar as desigualdades raciais no campo da educação, no campo da saúde, da comunicação e do emprego. (Depoimento de Edson Cardoso extraído do documentário da Marcha de Zumbi dos Palmares de 1996.)"

Na avaliação de Cardoso, há um elemento importante para a política do movimento negro dos anos 1990, quando contraposta à década anterior. No plano federal, a conquista do movimento no centenário da abolição foi a construção da **Fundação Palmares**, um órgão ligado ao Ministério da Cultura, o qual canaliza demandas do movimento ligadas à dimensão cultural, não enfrentando, assim, os problemas de desigualdade, uma vez que o órgão não tinha essas finalidades em sua missão institucional. Diferentemente desse tipo de relação que se estendia para o Brasil inteiro, a proposta da **Marcha de 1995 tinha um caráter mais ousado: pretendia propor ao Estado o enfrentamento das desigualdades raciais e isso exigia a destinação de verbas específicas para lidar com essa demanda.**

O resultado da Marcha foi o decreto presidencial que criava um Grupo de Trabalho Interministerial (GTI) com objetivo de promover políticas para “a valorização da população negra”, em resposta ao conjunto de reivindicações apresentadas em documento ao presidente Fernando Henrique Cardoso. A função do grupo seria estudar propostas para o desenvolvimento e participação da população negra, considerando que para isso seria necessário “propor ações integradas de combate à discriminação racial”.¹ Ivanir Santos, um ativista do movimento negro carioca, fundador da organização não governamental Centro de Articulações de Populações Marginalizadas (CEAP), analisando os desdobramentos do protesto de 1995, apresentou a seguinte avaliação:

1. Decreto do Presidente da República em 20 de novembro de 1995.

Pela primeira vez na história do Brasil o Estado brasileiro tem que reconhecer que ele é racista e que a sociedade é racista e isso levou inclusive o governo brasileiro a instituir uma comissão interministerial para tratar políticas públicas para a população negra e isso foi um fato muito importante e foi uma conquista da marcha. (Depoimento de Ivanir dos Santos ao Documentário Marcha Zumbi dos Palmares, em 1995.)

Pela primeira vez na história do Brasil o Estado brasileiro tem que reconhecer que ele é racista e que a sociedade é racista

Em termos concretos, ações foram esboçadas junto a alguns ministérios na tentativa de ampliar a questão racial no âmbito governamental. O Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH I), proposto em 1996, foi a referência normativa para o enfrentamento desta questão. Nele, o governo assume o compromisso de realizar estratégias de combate às desigualdades raciais por meio de políticas direcionadas para a população negra, tais como inclusão do quesito cor em todos e quaisquer sistemas de informação e registro sobre a população e bancos de dados públicos; apoio a grupos de trabalho e criação de conselhos; estímulo à presença dos grupos étnicos que compõem a população brasileira em propagandas institucionais do Governo Federal; apoio às ações da iniciativa privada que realizem “discriminação positiva”; formulação de políticas compensatórias que promovam a comunidade negra, alteração do conteúdo de livros didáticos e a ampliação do acesso de entidades da comunidade negra aos diversos setores do governo. Essas foram iniciativas pioneiras no que diz respeito ao enfrentamento estatal das desigualdades raciais, ocorridas durante o Governo Fernando Henrique Cardoso (JACCOUD; BEGHIN, 2002).

Esses programas foram diversificados e intensificados após a conferência de Durban e na gestão do Presidente Luís Inácio Lula da Silva (LIMA, 2008). Duas ações fundamentais deste governo devem ser destacadas, porque os impactos são expressivos para todo o território nacional. A primeira é a promulgação da **Lei 10639/2003**, que **institui o Ensino de História e Cultura da África e dos/as Afro-brasileiros/as** em todos os **estabelecimentos de ensino do país**. Para se ter uma ideia do projeto político-pedagógico contido na referida lei, vejamos o que diz o parecer que o fundamenta:

*É importante salientar que tais políticas têm como meta o direito dos negros se reconhecerem na cultura nacional, expressarem visões de mundo próprias, manifestarem com autonomia, individual e coletiva, seus pensamentos. É necessário sublinhar que **tais políticas têm, também, como meta o direito dos negros, assim como de todos cidadãos brasileiros, cursarem cada um dos níveis de ensino, em escolas devidamente instaladas e equipadas, orientados por professores qualificados para o ensino das diferentes áreas de conhecimentos; com formação para lidar com as tensas relações produzidas pelo racismo e discriminações, sensíveis e capazes de conduzir a reeducação das relações entre diferentes grupos étnico-raciais, ou seja, entre descendentes de africanos, de europeus, de asiáticos, e povos indígenas. Estas condições materiais das escolas e de formação de professores são indispensáveis para uma educação de qualidade, para todos, assim como o é o reconhecimento e valorização da história, cultura e identidade dos descendentes de africanos. (Parecer da Lei 10639/03, 2004)***

Com essas recomendações, o país tem se mobilizado no sentido de oferecer cursos de formação para educação das relações étnico-raciais, que consistem em combater o preconceito racial na cultura formal e se apresentam como uma alternativa pedagógica ao cânone eurocêntrico da formação escolar brasileira. Nesse sentido, podemos destacar o conjunto de cursos de capacitação de profissionais de educação realizados, muitos deles, em parceria entre sociedade civil e Estado com intuito de concretizar essa política.

A segunda ação com grande impacto no processo de institucionalização das questões raciais foi **a criação da Secretaria Especial Para Promoção da Igualdade Racial (SEPPIR)**, em 2003. A proposta desse órgão é envolver os ministérios e os demais órgãos do poder executivo para garantir a transversalidade das políticas de combate ao racismo. A SEPPIR também atua por parcerias e convênios com diferentes ministérios, em âmbito federal, estadual e municipal. Trata-se de um espaço político que ratifica a tendência da militância negra em ampliar seu *lôcus* de atuação, estabelecendo laços cada vez mais próximos com o poder público, uma vez que esse órgão público tem como proposta acolher e negociar as demandas da população negra, bem como de seus grupos organizados em forma de movimento social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O crescente êxito da ação coletiva negra tem dependido cada vez mais de sua habilidade para aliar-se a setores da sociedade civil e do Estado, que até pouco tempo atrás conferiam pouca atenção às demandas do movimento. As investidas na esfera pública nacional alteraram significativamente as relações entre “raça” e política na sociedade brasileira nos últimos anos. O trânsito de militantes negros/as no poder executivo, legislativo, o acesso constante ao judiciário, a existência de órgãos públicos destinados exclusivamente às chamadas “políticas de igualdade racial”, o progressivo engajamento de deputados/as e senadores/as negros/as nas pautas do ativismo sugerem campos de ação jamais vistos na história política brasileira.

Por outro lado, articulações internacionais têm sido cada vez mais as marcas das organizações negras, especialmente com relação ao financiamento (TELLES, 2003), à inserção nas conferências internacionais (SANTOS, 2005), ou às redes de ativismo via internet e coletivos políticos (SEBASTIÃO, 2007). Além da expansão do movimento para fora das fronteiras do país, há evidências flagrantes de um processo de institucionalização do movimento, o que o habilita profissionalmente a negociar com os formuladores da política institucional no Brasil contemporâneo.

O novo perfil de militância exigiu, como dissemos, profissionalização das organizações e dos/as ativistas. As organizações recrutam pessoas com formação em Direito, em Comunicação ou Jornalismo, em Educação (licenciaturas e pedagogia), as quais compõem a equipe das instituições. Essa equipe é contratada para manter o cotidiano da organização e suas demandas, como a preparação de ações judiciais, de *release* para a mídia, de informações para o *site*, de redações para o jornal da entidade. Além disso, ela possui um corpo administrativo que deve ter bons conhecimentos de informática e secretariado para o controle de suas ações.

Uma outra marca do perfil da militância contemporânea parece ser a especialização de certas demandas sociais. O movimento negro brasileiro atua em grandes áreas, como a educação, a saúde, o trabalho, a comunicação e a advocacia de direitos humanos. Sem contar a intervenção no tema agrário, no que diz respeito, particularmente, ao reconhecimento e à demarcação de terras quilombolas.

Tendo isso em vista, as entidades se organizam de modo a prestar serviços a um público alvo. Este se insere na organização por intermédio dos núcleos ou projetos sociais. Durante sua caminhada, algumas dessas pessoas podem vir a tornarem-se ativistas engajados/as na organização onde ingressaram ou em outras formas de ativismo. Assim, a longevidade da instituição e a persistência de seu projeto parecem estar relacionadas à capacidade de administrar as exigências necessárias ao ativismo atual, que passa tanto pela gestão de projetos como pela articulação com demais atores/atrizes da sociedade civil e do Estado.

Para além das reivindicações, os/as ativistas, bem como suas organizações formam uma ampla rede de controle do poder público.

Nesse sentido, **entramos numa nova fase da política dos movimentos sociais**. Para além das reivindicações, os/as ativistas, bem como suas organizações formam uma ampla rede de controle do poder público. Cada vez mais, o movimento torna-se incisivo na proposta de garantia da igualdade racial, não aceitando nenhuma ação que possa discriminar pessoas seja por seu pertencimento étnico, seja por suas características físicas. Com efeito, com cerca de **um século da mobilização coletiva em favor da cidadania para a população negra** neste país, **o movimento negro moderno** agora passa por uma fase que é a

de **fortalecer e ampliar as reivindicações em favor de políticas públicas direcionadas à redução das desigualdades**, focalizadas em gênero e raça, promovendo, assim, o universalismo dos direitos sociais, sem desprezar o pluralismo existente em nossa sociedade.

GLOSSÁRIO

Comitiva nacional do movimento - As organizações que fizeram parte da direção nacional do evento são: Agentes de Pastoral Negros (APN's), Cenarab, Central de Movimentos Populares, Confederação Geral dos trabalhadores (CGT), Comunidades Negras Rurais, Central Única dos Trabalhadores (CUT), Força Sindical, Fórum Nacional de Entidades Negras, Fórum de Mulheres Negras, Movimento Negro Unificado (MNU), Movimento Pelas Reparações (MPR), Conun, União de Negros pela Igualdade (UNEGRO) e Grupo de União e Consciência Negra (Grucon).

Fundação Palmares - A Fundação Cultural Palmares é entidade pública vinculada ao Ministério da Cultura, instituída pela Lei Federal nº 7.668, de 22/08/1988, com Estatuto aprovado pelo Decreto nº 418, de 10/01/1992, e tem como princípio fortalecer a cidadania, a identidade, a ação e a memória dos segmentos étnico-raciais dos grupos formadores da sociedade brasileira, somando-se ainda o direito de acesso à cultura, além da indispensável ação do Estado na preservação das manifestações culturais afro-brasileiras. Para conhecer mais as ações e projetos apoiados pela Fundação Palmares, acesse: www.palmares.gov.br

Marcha do Tricentenário da Morte de Zumbi - *A construção da igualdade: história da resistência negra no Brasil* – CEAP Disponível em <http://www.youtube.com/watch?v=yBcajWhOis8> Acesso em 18 de maio de 2010.

Esse vídeo fala das grandes marchas *Tricentenário de Zumbi dos Palmares* (1995) e *Zumbi + 10* (2005), que levaram aos governantes federais as reivindicações de políticas públicas em favor da igualdade social e de oportunidades para a população negra.

O vídeo também recupera fatos históricos, como a vida no Quilombo dos Palmares, onde conviviavam negros/as, brancos/as e indígenas, e como a Revolta da Chibata, que eclodiu contra os castigos bárbaros sofridos por marinheiros dentro dos navios. Além disso, resgata os dois grandes heróis da história brasileira, responsáveis por essas organizações e lutas - Zumbi dos Palmares e João Cândido. O vídeo traz depoimentos de intelectuais que são referências do movimento negro e dados sobre a discriminação e violação de direitos sofridas pelos negros/as brasileiros/as.

A CONSTRUÇÃO DE AGENDA ANTIRRACISTA DO MOVIMENTO NEGRO CONTEMPORÂNEO

COMO O MOVIMENTO NEGRO E DE MULHERES NEGRAS INCLUEM EM SUAS AGENDAS A LUTA POR RECONHECIMENTO, PARTICIPAÇÃO E JUSTIÇA SOCIAL?
QUAIS OBSTÁCULOS ESSES MOVIMENTOS TÊM ENCONTRADO?
DE QUE FORMA O MOVIMENTO NEGRO CONTEMPORÂNEO TEM INCIDIDO NAS POLÍTICAS PÚBLICAS?
QUAIS OS PRINCIPAIS PONTOS DA AGENDA ANTIRRACISTA PROPOSTA PELO MOVIMENTO NEGRO?

A marca ideológica assumida pelo movimento negro contemporâneo passou por características que mesclam a reivindicação por direitos civis e sociais e o reconhecimento cultural. Essa nova direção política foi sintetizada por D'Adesky da seguinte forma:

"O movimento negro exerce uma ação marcada, sobretudo por um discurso que reivindica o pleno reconhecimento da cidadania do negro, baseado na preservação e valorização das tradições culturais de origem africana, na reinterpretção da história e na denúncia de todos os fatores de desenraizamento e de alienação que atingem a população negra (D'ADESKY, 2001: 151)

A cidadania reivindicada pelo movimento negro, segundo o autor, não está circunscrita à dimensão material apenas, mas apresenta-se ainda em termos simbólicos, que dizem respeito ao patrimônio cultural. Desse modo, ela se faz tanto pela dimensão da distribuição de recursos com a finalidade de redução das "desigualdades sócio-econômicas que separam brancos e negros" (D'ADESKY, 2001: 151) quanto pela dimensão cultural e simbólica, lida aqui pela chave do reconhecimento da presença, contribuição e participação da comunidade afrobrasileira na construção da nação em termos econômicos, políticos e socioculturais.

Os conselhos e as secretarias orientados para receber e gerir as demandas dos/as afrobrasileiros/as resultaram dessas pressões e articulações do movimento, tornando-se os primeiros espaços estatais de absorção das lideranças negras,

Tendo em vista essa concepção de cidadania, o ativismo negro foi estabelecendo estratégias de ampliação de espaços, tanto na esfera civil quanto na estatal, à medida que promovia com os demais movimentos sociais a democratização das instituições públicas. Os conselhos e as secretarias orientados para receber e gerir as demandas dos/as afrobrasileiros/as resultaram dessas pressões e articulações do movimento, tornando-se os primeiros espaços estatais de absorção das lideranças negras, favorecendo a formação de uma militância profissional com experiência em gestão pública e conhecedora dos meandros burocráticos do Estado (RIOS, 2009).

A primeira vez que essa experiência aconteceu na história do Brasil foi à ocasião da criação do Conselho de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra no Estado de São Paulo, em

1984. Inspirado no Conselho da Condição feminina, criado um pouco antes, um grupo de militantes negros/as pleiteou a formação de um órgão estatal capaz de absorver e canalizar reivindicações do movimento negro paulista, que versava sobre as demandas da comunidade negra no território desse Estado. Tal fato impulsionou a implantação de conselhos municipais em estados brasileiros, como Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Mato Grosso do Sul, Bahia, Brasília dentre outros (SANTOS, 2006).

Além disso, ao longo da **década de 1980, dois processos** foram particularmente **relevantes para a mobilização coletiva negra**. O primeiro diz respeito aos eventos relativos ao **centenário da abolição**. O segundo refere-se à **elaboração da nova Constituição da República**.

DO 13 DE MAIO AO 20 DE NOVEMBRO

O centenário da Abolição (13 de maio de 1988) foi uma data oportuna para o movimento negro questionar a visão do Estado brasileiro referente às relações raciais no Brasil. Nesse período, como já vimos, a visão hegemônica dos/as governantes era de que vivíamos no país da democracia racial, como bem explicitado por Guimarães:

"Nos anos de ditadura militar, entre 1968 e 1978, a 'democracia racial' passou a ser um dogma, uma espécie de ideologia do Estado brasileiro. Ora, a redução do anti-racismo ao anti-racialismo, e sua utilização para negar os fatos de discriminação e as desigualdades raciais, crescentes no país, acabaram por formar uma ideologia racista, ou seja, uma justificativa da ordem discriminatória e das desigualdades raciais realmente existentes" (GUIMARÃES, 2005: 62)

Havia também o **entendimento de que o 13 de maio era uma data comemorativa para o país**, uma vez que se tratava da **abolição da escravidão promovida pela princesa Isabel**. Contrário ao modo pelo qual o Estado conduzia os discursos oficiais acerca da Lei Áurea, **o movimento negro denunciava esse otimismo de estado, assinalando que a Lei Áurea teria ficado inconclusa**. E, dessa forma, para o ativismo, seria preciso **denunciar as homenagens ao "13 de maio"**. Uma versão mais radical dessa crítica chegou a ser cantada por Oswaldo de Camargo do seguinte modo:

*EM MAIO
Já não há mais razão para chamar as lembranças
e mostrá-las ao povo
em maio.
Em maio sopram ventos desatados
por mãos de mando, turvam o sentido
do que sonhamos.
Em maio uma tal senhora Liberdade se alvoroça,
e desce às praças das bocas entreabertas
e começa:*

*"Outrora, nas senzalas, os senhores..."
 Mas a Liberdade que desce à praça
 nos meados de maio,
 pedindo rumores,
 É uma senhora esquelética, seca, desvalida
 e nada sabe de nossa vida.
 A Liberdade que sei é uma menina sem jeito,
 vem montada no ombro dos moleques
 e se esconde
 no peito, em fogo, dos que jamais irão
 à praça.
 Na praça estão os fracos, os velhos, os decadentes
 e seu grito: "bendita Liberdade!"
 E ela sorri e se orgulha, de verdade,
 do muito que tem feito!"*

Escrito às vésperas do centenário da Abolição, não haveria versão mais pessimista do que essa apresentada pelo poeta e ensaísta Oswald de Camargo, que foi um dos exímios lutadores pela instituição do 20 de novembro (Dia da Consciência Negra), em oposição ao 13 de maio, data oficial do Estado. **A mensagem do poema reflete postura influente no movimento negro, que chegava a negar completamente a possibilidade de qualquer saída às ruas para lembrar o dia da abolição:** "Já não há mais razão para chamar as lembranças e mostrá-las ao povo em maio". Na verdade, o autor chega mesmo a defender o esquecimento dessa data. Podemos dizer que Camargo simplesmente não aceitava a possibilidade de comemoração desse evento, uma vez que a liberdade formal é metaforicamente vista como uma "senhora esquelética, seca, desvalida", satirizando, com isso, a imagem da Princesa Isabel.

Camargo sugere que os/as negros/as já haviam conquistado a liberdade, antes mesmo da abolição oficial. **A tal redenção teria pouco efeito, uma vez que a maior parte dos/as escravizados/as já teria conseguido "alforria" por suas próprias mãos, sendo a referida Lei apenas a ratificação de um processo em curso e inevitável.** Afinal de contas, **a historiografia indicou que o Brasil fora o último a abolir a escravidão moderna:** todos os demais países americanos já eram regidos pelo mercado de mão de obra livre naquela ocasião.

Assim, a praça tomava o lugar do Estado, da figura dominante que desconhecia a vida real e concreta dos/as negros/as, pois nada sabia "de nossas vidas". A personificação da senhora, a grande heroína da monarquia brasileira, tornava-se uma heroína rejeitada, em favor de "uma menina sem jeito", que deveria ser cantada por cada negro/a, porque nela estava o valor individual e coletivo da liberdade. Essa é, então, uma sugestão política versada pelo poeta, que expressa o sentido e a

–

1. Originalmente publicado em O Estado de S. Paulo, 25-1-1987, Cad. 2, p. 5 (informação extraída do site <http://brazilianmusic.com/aabc/literature/palmares/oswald.html> Acesso em 12 de maio de 2008).

interpretação do movimento negro acerca dos fatos históricos. Significa também uma intervenção que se opunha àquela defendida pela classe dirigente do país.

Ao tornar o 13 de maio um dia de denúncia do racismo e da discriminação racial, o movimento negro tentava erigir sua bandeira em favor do 20 de novembro, data da morte de Zumbi dos Palmares.

Ao tornar o 13 de maio um dia de denúncia do racismo e da discriminação racial, o movimento negro tentava erigir sua bandeira em favor do 20 de novembro, data da morte de **Zumbi dos Palmares, quilombola, herói negro na luta contra a escravidão no Brasil**. Essa data era vista como oportuna para restituir aos/as negros/as autonomia política e autodeterminação enquanto sujeitos políticos de sua própria liberdade. Aos poucos, o "20 de novembro" tornar-se-ia o **Dia Nacional da Consciência Negra**.

Tratava-se de uma proposta iniciada pelo **Grupo Palmares do Rio Grande do Sul** e que fora acampada pelo **Movimento Negro Unificado** (SILVEIRA, 2003), sendo logo difundida por toda a militância negra brasileira.

Nesse sentido, também os poetas cantam e exaltam a figura mítica de Zumbi, que parece fortalecer a identidade negra e promover a luta pela liberdade:

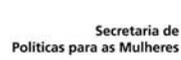
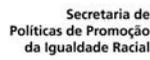
LINHAGEM

*Eu sou descendente de zumbi
Zumbi é meu pai e meu guia
me envia mensagens de orum
meus dentes brilham na noite escura
Afados como Agadá de Ogum
Eu sou descendente de Zumbi
Sou bravo valente, sou nobre
Os gritos aflitos do negro
Os gritos aflitos do pobre
Os gritos aflitos de todos
Os povos sofridos do mundo
No meu peito desabrocham
Em força e em revolta
Me empurram para luta e me comovem
Eu sou descendente de Zumbi
Zumbi é meu pai, é meu guia
Eu trago quilombos e vozes bravias dentro de mim
Eu trago os duros punhos cerrados
Cerrados como rochas
Floridos como jardins
(Carlos Assunção)*

O poema acima se refere ao repertório comum do movimento negro contemporâneo, que tem na figura do herói palmarino a inspiração para falar de liberdade. No texto, a ideia de linhagem pretende estabelecer **uma conexão histórica entre o combate à escravidão do passado e a luta contra o racismo no presente**. Numa só frase, Zumbi é elevado à categoria de *ancestral* do movimento negro. Florentina Souza (2005), ao analisar discursos e linguagens utilizados pela produção ligada à militância negra, revela que, além desse, há outros poemas cujo cerne é a valorização da rebeldia negra e o fortalecimento da identidade a partir da reconstrução do “eu” positivado, levando tanto à emancipação individual como coletiva.

GLOSSÁRIO

Ancestral – antecessor/a do movimento, a grande referência. O termo se refere aos/às antecessores/as e antepassados/as.



ORGANIZAÇÕES DE MULHERES NEGRAS: SUAS DEMANDAS, SEUS PROJETOS

QUAL A CONTRIBUIÇÃO DO MOVIMENTO DE MULHERES NEGRAS PARA O ENFRENTAMENTO DAS DESIGUALDADES DE GÊNERO E DE RAÇA?

Foi no bojo das mobilizações contra a ditadura e pela abertura democrática que apareceram os primeiros grupos organizados de mulheres negras, ligados inicialmente ao movimento negro e feminista. Interessadas em **dar visibilidade às suas demandas** e percebendo que poderiam **abrir uma agenda própria em intersecção com o movimento antirracista e antissexista**, formaram-se os **primeiros coletivos de mulheres** ao longo da **década de 1980 e 1990**, que, aos poucos, foram se institucionalizando.

as ativistas do movimento de mulheres negras procuraram, sempre, articular as esferas locais e globais de mobilização de recursos econômicos e políticos.

Esses novos sujeitos coletivos são fortalecidos a partir de incentivos e experiências adquiridas tanto no âmbito nacional como internacional. No primeiro, inscreve-se uma disputa por participação política em esferas civis e estatais, ampliadas no contexto de abertura institucional. O segundo esteve atrelado aos processos de mobilização em conferências internacionais, várias delas estudadas neste Curso e, posteriormente, por intermédio de auxílios de **AGÊNCIAS FINANCIADORAS ESTRANGEIRAS** (ROLAND, 2000). É nesse espectro que o movimento está compreendido; longe de promover um sectarismo de grupo, as

ativistas do movimento de mulheres negras procuraram, sempre, articular as esferas locais e globais de mobilização de recursos econômicos e políticos.

AGÊNCIAS FINANCIADORAS ESTRANGEIRAS

por meio da cooperação internacional, algumas organizações e agências estrangeiras financiam organizações e movimentos sociais brasileiros, para garantir e fortalecer a democracia e a defesa de direitos no Brasil. Os recursos financiam projetos, formação de quadros, desenvolvimento pessoal de militantes e troca de experiências entre os apoiados. O movimento negro e as organizações de mulheres negras recebem recursos de várias agências, entre elas a CESE – Coordenadoria Ecumênica de Serviço, que há 36 anos congrega recursos de várias grupos religiosos internacionais; Fundação Ford (1936), organização privada, sem fins lucrativos, criada nos Estados Unidos para ser uma fonte de apoio a pessoas e instituições inovadoras em todo o mundo, comprometidas com a consolidação da democracia, a redução da pobreza e da injustiça social e com o desenvolvimento humano; AFL-CIO – Federação Americana do Trabalho e Congresso de Organização Industriais, maior central operária dos EUA e Canadá, que apoia projetos com foco no mundo do trabalho; UNIFEM – Fundo de Desenvolvimento das Nações Unidas para a Mulher, que ligada a ONU, apoia organizações e projetos para mulheres; União Europeia também apoia projetos em várias áreas de intervenção e tem apoiado as organizações de mulheres negras e do movimento negro em geral.

Um dos conflitos mais marcantes para a organização das mulheres negras como entidades autônomas ocorreu na ocasião da formação do Conselho Estadual da Condição Feminina de São Paulo que, em 1984, se constituiu sem ter nenhuma mulher negra como integrante. Diante desse quadro explícito de ausência de representação negra em espaços destinados à participação, tornava-se evidente a necessidade de maior articulação política para sustentar as lutas das mulheres negras. O ganho social dessa investida foi a conquista de assentos, tanto no Conselho Estadual, quanto no Conselho Nacional dos Direitos da Mulher, criado anos mais tarde, em 1988. É preciso salientar que **a presença das mulheres negras nesses espaços, propiciou a produção de diagnósticos de desigualdade racial e de gênero em diferentes instâncias da vida social**, como nas áreas de **educação, trabalho e política** (CARNEIRO; SANTOS; COSTA, 1985).

No que diz respeito ao avanço do feminismo em termos de direitos sociais, Sueli Carneiro, em artigo recente, faz um parecer considerando as conquistas mais gerais das mulheres brasileiras:

"Esse movimento destaca-se, ainda, pelas decisivas contribuições no processo de democratização do Estado produzindo, inclusive, inovações importantes no campo das políticas públicas. Destaca-se, nesse cenário, a criação dos Conselhos da Condição Feminina – órgãos voltados para o desenho de políticas públicas de promoção da igualdade de gênero e combate à discriminação contra as mulheres. A luta contra a violência doméstica e sexual estabeleceu uma mudança de paradigma em relação às questões de público e privado. A violência doméstica tida como algo da dimensão do privado alcança a esfera pública e torna-se objeto de políticas específicas. Esse deslocamento faz com que a administração pública introduza novos organismos, como: as Delegacias Especializadas no Atendimento à Mulher (Deams), os abrigos institucionais para a proteção de mulheres em situação de violência; e outras necessidades para a efetivação de políticas públicas voltadas para as mulheres, a exemplo do treinamento de profissionais da segurança pública no que diz respeito às situações de violência contra a mulher, entre outras iniciativas. (CARNEIRO, 2003: 117)

Se, por um lado, essas eram conquistas feministas que beneficiavam as mulheres indiscriminadamente, por outro, o movimento de mulheres negras via a necessidade de manter seu questionamento sobre a pertinência de focalizar políticas para suas demandas específicas, uma vez que, **embora o sexismo atingisse diretamente todas as mulheres, sobre as mulheres negras recaía ainda o racismo**, outro tipo de dominação que incidia sobre **aquelas cujas características físicas afastavam-se do padrão estético branco**. Esse fenômeno social exigia medidas direcionadas para coibi-lo, especialmente porque a ação combinada dessas discriminações (por gênero e raça) com outras formas de dominação e exploração (como a econômica) potencializava os efeitos negativos para as mulheres negras.

Nesse sentido, o enfrentamento da militância negra junto ao Conselho da Condição Feminina foi fator decisivo para maior articulação das mulheres negras, seja para fortalecer os já existentes coletivos de outros estados, seja para promover o surgimento de outras redes de articulação em lugares sem esse tipo de ativismo político. Sob o efeito dessa conjuntura, foi realizado o *"I encontro*

Estadual de Mulheres Negras”, em São Paulo, no ano de 1984, cujo intento era construir uma identidade coletiva própria e traçar estratégias para ação em favor das demandas desse segmento social. Quatro anos depois, realizou-se o *I Encontro Nacional de Mulheres Negras*, formando, assim, uma articulação em nível amplo e fortalecendo a construção de coletivos em outras regiões do Brasil. Desse modo, durante toda a década de 1980, foram construídos, por exemplo, coletivos políticos de mulheres negras no Rio de Janeiro, São Paulo, Rio Grande do Sul, Maranhão, Espírito Santo e Minas Gerais, dentre outros. Na terceira unidade do Módulo I, apresentamos uma cronologia das conquistas do movimento feminista e do movimento de mulheres negras e convidamos você a completar a linha apresentada com o histórico do seu estado e da sua cidade, essas informações são primordiais para ampliar os conhecimentos a respeito das atuais reivindicações e propostas desses movimentos.

Do ponto de vista do ambiente internacional, as conferências mundiais foram fundamentais para a articulação do movimento feminista de modo geral, e para o movimento feminista negro em particular. Em seus primeiros passos nos ciclos de conferência, a temática dos direitos reprodutivos destacou-se como a principal polêmica na qual o movimento de mulheres negras esteve envolvido inicialmente. Edna Roland (2000) explicita bem os termos desse debate, apresentando o ponto de vista do feminismo negro, que, segundo ela, recusou “a posição patriarcal dos *neomalthusianos*”, cujas concepções pregavam maior controle populacional, como critério para o desenvolvimento humano, asseverando um controle maior para as populações não brancas e pobres.

O leque de temas e demandas do movimento de mulheres negras foi ampliando-se à medida que o ativismo ganhava mais fôlego e experiência na ação coletiva.

Assim, o movimento de mulheres **denunciou os métodos de esterilização das mulheres de baixa renda** por meio de campanhas nacionais. **Contrariando a visão dos organismos internacionais e estatais, as ativistas exigiam direito pleno à fecundidade e à vida.** Na visão dessas militantes, **as investidas do Estado em favor do desenvolvimento humano**, ao invés de restringir-se ao controle do corpo feminino, **deveriam focalizar-se nas áreas da vida humana que favoreciam a plenitude da cidadania**, isto é, a **educação, o saneamento básico, a ampliação de postos de emprego** etc. Em outras palavras, reivindicavam-se os direitos sociais básicos garantidos pela Constituição e ainda o direito de gerência do corpo, não sendo este objeto de interferência do Estado. A luta pelos direitos reprodutivos inscrevia-se, desse modo, na busca pela autonomia do ser, pela plenitude da liberdade de si.

O leque de temas e demandas do movimento de mulheres negras foi ampliando-se à medida que o ativismo ganhava mais fôlego e experiência na ação coletiva. A partir do final dos anos de 1980 e durante os anos de 1990, tais mobilizações passaram por processos intensos de institucionalização. Era a passagem dos coletivos políticos para formalização das organizações não governamentais, marcada pela profissionalização de suas lideranças, pela organização dos coletivos e pela administração das finanças destinadas à elaboração e efetivação dos projetos sociais orientados para públicos específicos. Nesse contexto, surgem organizações como: ***Maria Mulher, Geledés, Criola, Casa de Cultura da Mulher Negra, Mãe Andresa, Fala Preta***, dentre outras.

Oferecendo desde oficinas de estética combinadas com a valorização da beleza negra a cursos profissionalizantes voltados para a geração de renda, essas organizações passaram a atuar no processo de formação de mulheres negras acerca de seus direitos, além de promoverem atividades de denúncia da discriminação racial e da violência contra a mulher e de defesa dos direitos humanos.

A importância do movimento de mulheres negras se fez verificar não apenas pelos impactos sobre as comunidades ou públicos que gravitam no entorno de suas organizações ou do **Fórum Nacional de Mulheres Negras** ou da **Articulação de Mulheres Negras**. Suas experiências e ações habilitaram esse ativismo a desenvolver intervenções propositivas em diferentes instâncias. Nesse sentido, a conferência de Beijing, na China, teve significativa participação das mulheres negras, interferindo nas concepções políticas que normatizam os documentos oficiais (Declaração e Programa de Ação), relevantes para o desenvolvimento de políticas voltadas para as mulheres do mundo inteiro.

A Declaração e o Programa de ação, segundo Matilde Ribeiro:

"(...) diagnostica e aponta medidas para alteração das condições de vida, reafirmando compromissos em prol dos direitos humanos das mulheres, combinados com a necessidade de superação das injustiças sociais que abatem sobre a população não branca, discriminada pelo racismo". (RIBEIRO, 2008: 995)

A III Conferência Mundial contra o Racismo (Durban, 2001), ocorrida na África do Sul, é outra evidência marcante do protagonismo das mulheres negras, que se fizeram representar em grande número, além de conseguirem ocupar posição relevante na condução do processo do referido evento. Para o Brasil, as resoluções lá desenhadas reverberaram na proposição de ações políticas focalizadas na população negra do país, prescrevendo o enfrentamento de múltiplas formas de discriminação, especialmente de gênero, raça, etnia, de credo religioso e de condições socioeconômicas.

GLOSSÁRIO

Articulação de Mulheres Negras – com apoio da UNIFEM, foi formada a Articulação de Mulheres Negras Brasileiras para fortalecer as organizações de mulheres negras no Brasil e seu trabalho de implementação e monitoramento dos compromissos de Durban (2001). Dentre as atividades da Articulação, se destacaram:

- 1) estratégias de comunicação para dar visibilidade às desigualdades de gênero e raça e aos compromissos assumidos pelo Governo Brasileiro em Durban. Para isso foi produzida uma revista de circulação nacional, distribuída para ativistas do movimento de mulheres negras, movimento feminista, movimento negro, parlamentares e outras autoridades, com repercussão muito positiva.
- 2) a participação das mulheres negras na elaboração do Relatório da Sociedade Civil sobre o cumprimento da CEDAW pelo Governo Brasileiro.
- 3) o Seminário Reformas: Raça, Gênero e Políticas de Inclusão Social, Brasília, 13 de maio de 2003, promovido pela Articulação de Mulheres Negras e o Senado Federal, para sensibilização dos setores públicos e a participação das mulheres negras no processo de discussão sobre mecanismos para incluir as dimensões de gênero e raça nas reformas.

Foi criada também uma rede de comunicação virtual, no processo preparatório da III Conferência Mundial contra o Racismo (Durban), com o objetivo de estabelecer um canal de informação entre as mulheres negras organizadas, a comunidade negra em geral e pessoas interessadas na discussão dos temas dentro de perspectiva feminista negra. Nesse espaço, são discutidas questões relacionadas às discriminações de gênero, raça e classe, bem como outros temas de interesse dessa comunidade. Mantém-se um ambiente de trocas de opiniões, planejamento de ações, discussão de políticas públicas, divulgação de agenda. Para fazer parte da lista, é necessário mandar e-mail para: mulheresnegras-subscribe@yahoogroups.com.br

Casa de Cultura da Mulher Negra (1990) – foi fundada em Santos, depois de cinco anos de ações do Coletivo das Mulheres Negras da Baixada Santista. Pensando na sustentabilidade financeira para mulheres, o local escolhido para a sede foi um bairro de classe alta e desde o início foram dadas formações em culinária e artesanato africanos, visando à instalação de um restaurante com culinária africana e uma loja de roupas com estilo afro. Nessa linha, foram feitas oficinas de formação de mulheres para geração de renda. A Casa mantém o Centro de Documentação e livraria *Carolina de Jesus*; produz livros, materiais e a revista *Eparrei*, que aborda várias temáticas ligadas às questões das mulheres, tais como violência doméstica e direitos das mulheres. www.casade-culturadamulhernegra.org.br

Criola (1992) - é uma organização da sociedade civil conduzida por mulheres negras, a partir da defesa e promoção de direitos das mulheres negras em uma perspectiva integrada e transversal. Tem

como missão instrumentalizar mulheres, adolescentes e meninas negras para o enfrentamento do racismo, sexismo e lesbofobia (discriminação contra lésbicas) e para o desenvolvimento de ações voltadas à melhoria das condições de vida da população negra. www.criola.org.br

Fala Preta (1997) – tem como missão promover o desenvolvimento humano sustentável, buscando a eliminação de todas as formas de discriminação e violência, especialmente a discriminação étnico-racial e a de gênero, com base nos princípios éticos da igualdade, equidade e justiça, na promoção da qualidade de vida e no respeito aos direitos humanos e reprodutivos.

Fórum Nacional de Mulheres Negras - O Fórum é composto por mulheres negras das mais variadas origens: ativistas autônomas, representantes de entidades, que participam da luta para afirmar o direito à vida plena, livres de intolerâncias étnico-raciais, de sexualidade-gênero, de credo ou classe social; em um meio ambiente preservado, com direito a lazer, trabalho digno e razoável, com saúde e qualidade de vida, garantido o direito de comunicação.

Geledés – Instituto da Mulher Negra (1988) - é uma organização política de mulheres negras que tem por missão institucional a luta contra o racismo e o sexismo, a valorização e a promoção das mulheres negras, em particular, e da comunidade negra em geral. O Instituto vem, nesses anos, consolidando as discussões sobre as questões da mulher negra como aspecto fundamental da temática de gênero na sociedade brasileira, sobre a necessidade de adoção de políticas públicas inclusivas para a realização do princípio de igualdade de oportunidades para todos/as. Em sua história, a Organização registra intervenções políticas nos âmbitos nacional, regional e internacional, com o objetivo de denunciar o racismo existente na sociedade brasileira e sensibilizar governos e sociedade civil para a discussão do processo de exclusão das populações pobres e discriminadas no mundo. www.geledes.org.br

Grupo de Mulheres Negras Mãe Andresa (1986) - tem uma trajetória na conquista dos direitos das mulheres negras maranhenses e brasileiras. Sua missão é incentivar e fortalecer a organização e o protagonismo das mulheres negras, por meio da formação político-social, do empoderamento e da projeção dessas mulheres na sociedade.

Maria Mulher (1987) - é uma organização feminista, coordenada por mulheres negras com formação e experiências diversas, favorecendo a realização de um trabalho interdisciplinar. Desde a sua fundação, Maria Mulher vem pontuando a defesa dos direitos das mulheres e a luta pela melhoria das condições de vida da população afrobrasileira. www.mariamulher.org.br

Neomalthusianos – são os seguidores da Teoria Populacional Neomalthusiana, uma atualização da teoria criada pelo demógrafo Thomas Malthus. Para esse grupo, a causa da pobreza e do subdesenvolvimento dos países é seu crescimento populacional, sua superpopulação, elevando os gastos com as políticas sociais, esgotando os recursos naturais e dificultando investimentos em setores produtivos e conseqüentemente gerando desemprego. A partir dessa ideia, surgiram vários estudos e propostas neomalthusianas. O grupo defende o planejamento familiar.

MULHERES NEGRAS EM MOVIMENTO: INTELECTUAIS, ORGANIZAÇÕES E PROJETOS POLÍTICOS

MULHER E NEGRA: COMO O MOVIMENTO DE MULHERES NEGRAS “ACOMODA” ESSAS IDENTIDADES? EM QUE CONTEXTO AS MULHERES NEGRAS SE ARTICULAM E MOBILIZAM COMO SUJEITOS POLÍTICOS SINGULARES? QUAL O IMPACTO DA ORGANIZAÇÃO DE MULHERES NEGRAS NO MOVIMENTO NEGRO E NO MOVIMENTO FEMINISTA?

As mulheres negras sempre estiveram presentes e atuantes no movimento negro, também no período contemporâneo, como vimos nos exemplos sobre a Frente Negra Brasileira e o Teatro Experimental do Negro. Contudo, assim como acontecia na sociedade mais abrangente, elas encontravam grandes empecilhos para ocupar as posições de dirigentes nas organizações políticas negras. Por conta disso, embora a presença dessas mulheres nos ciclos de insurgência do movimento fosse significativa, muitas vezes restringia-se aos bastidores (DOMINGUES, 2005). Essa realidade se modificou consideravelmente quando as mulheres negras romperam com essa lógica desigual e buscaram outras formas de enfrentamento da dominação masculina. Tal ruptura aconteceu de forma singular durante os anos de 1980 com a construção de coletivos e associações políticas próprias. Porém, antes da formação de organizações de mulheres negras, esboçou-se um pensamento crítico às relações sociais que invisibilizavam a atuação desses sujeitos na sociedade.

MOBILIZANDO IDÉIAS

Beatriz Nascimento (1942-1995) e **Lélia Gonzalez** (1945-1994) foram duas intelectuais negras que refletiram sobre os efeitos do racismo sobre a população negra de modo amplo, considerando seus impactos singulares sobre as mulheres. A historiadora Beatriz do Nascimento assinala os problemas enfrentados pelo/a negro/a ao reconstituir sua identidade, considerando o longo período da escravidão:

Ser negro é enfrentar uma história de quase quinhentos anos de resistência à dor, ao sofrimento físico e moral, à sensação de não existir, a prática de ainda não pertencer a uma sociedade na qual consagrou tudo o que possuía, oferecendo ainda o resto de si mesmo (NASCIMENTO, 1974 Apud RATTTS, 2006: 98)¹

Beatriz Nascimento não via o/a negro/a simplesmente como vítima ou como um/a mero/a contribuinte da cultura nacional, mas o/a entendia, sobretudo, como participante da formação histórico-social do país.

Beatriz Nascimento não via o/a negro/a simplesmente como vítima ou como um/a mero/a contribuinte da cultura nacional, mas o/a entendia, sobretudo, como participante da formação histórico-social do país. **Aos seus olhos, a mulher negra enfrentava os mesmos dilemas de pertencer a um grupo racialmente discriminado, devido ao passado escravo que lhe legava empregos similares àquelas ocupações e papéis sociais desempenhados na sociedade colonial, e**

1. Publicado originalmente em: Revista de Cultura Vozes. 68(7), pp. 65-68, Petrópolis, 1974. (RATTTS, 2006)

devido às **formas de discriminação recriadas na sociedade contemporânea**. Era nesse sentido que os elementos arcaicos e modernos atualizavam-se continuamente na vida de tais mulheres. Para as mulheres negras, ademais, tanto o racismo como o patriarcalismo operavam de forma a perpetuar sua subordinação na hierarquia social. Ou seja:

"Seu papel como trabalhadora, a grosso modo, não muda muito. As sobrevivências patriarcais na sociedade brasileira fazem com que ela seja recrutada e assuma empregos domésticos, em menor grau na indústria de transformação, nas áreas urbanas e que permaneça como trabalhadora nas rurais. Podemos acrescentar, no entanto, ao que expusemos acima, que a estas sobrevivências ou resíduos do escravagismo, se superpõem os mecanismos atuais de manutenção de privilégios por parte do grupo dominante" (NASCIMENTO, 1976 Apud RATTTS, 2006:105)².

Gonzalez foi a intelectual negra que melhor expressou o contexto político da redemocratização, pois sintetizou uma corrente do pensamento político negro nas categorias elementares de raça, classe e sexo.

Preocupações semelhantes às de Beatriz Nascimento também inquietaram Lélia Gonzalez, cuja carreira intelectual foi quase que completamente devotada a refletir e atuar sistematicamente em organizações coletivas pautadas nas temáticas raciais. Gonzalez foi a intelectual negra que melhor expressou o contexto político da redemocratização, pois sintetizou uma corrente do pensamento político negro nas categorias elementares de raça, classe e sexo.

Em 1981, ela escreve o artigo "A questão negra no Brasil" para os Cadernos Trabalhistas. Nele, a influência marxista é flagrante, especialmente no que diz respeito à explicação da exploração da classe proletária. Mais do que isso, a autora revela o modo pelo qual o racismo opera nas relações sociais, diferenciando negros/as e brancos/as e privilegiando estes/as em detrimento daqueles/as, mesmo nas classes cuja força de trabalho sustenta o sistema econômico:

Tanto negros como brancos pobres sofrem os efeitos da exploração capitalista. Mas na verdade, a opressão racial faz-nos constatar que mesmo os brancos sem propriedade dos meios de produção são beneficiários do seu exercício. Claro está que enquanto o capitalista branco se beneficia diretamente da exploração ou super exploração do negro, a maioria dos brancos recebe seus dividendos do racismo, a partir de sua vantagem competitiva no preenchimento das posições que, na estrutura de classes, implicam nas recompensas materiais e simbólicas mais desejadas. (GONZALEZ, 1986:64)

Claro está que enquanto o capitalista branco se beneficia diretamente da exploração ou super exploração do negro, a maioria dos brancos recebe seus dividendos do racismo,

—

2.

Publicado originalmente em: Jornal Última Hora, Rio de Janeiro, domingo, 25 de julho de 1976 (RATTTS, 2006).

Para Gonzalez, no que concerne à estruturação das classes sociais no Brasil, o racismo desempenharia o papel de criar os "mecanismos de recrutamento para as posições na estrutura de classes e no sistema de estratificação social" (GONZALES, 1979: 9). Tal fenômeno de hierarquização "denota sua eficácia estrutural na medida em que remete a uma divisão racial do trabalho extremamente útil e compartilhado pelas formações sócio-econômicas capitalistas e multirraciais contemporâneas" (GONZALES, 1979: 9).

A representação da mucama, mãe preta e ama, segundo Lélia Gonzales, foi transposta para as imagens contemporâneas da mulata, da empregada doméstica e da babá, respectivamente.

Intelectual e ativista do movimento negro e de coletivos de mulheres negras, Gonzalez escreveu contra a ideologia nacional que relegava as mulheres negras a papéis sexuais, laborais e maternais, herdados do passado escravista. A representação da mucama, mãe preta e ama, segundo Lélia Gonzales, foi transposta para as imagens contemporâneas da mulata, da empregada doméstica e da babá, respectivamente. **Esse tipo de imagem confinava as mulheres negras a determinados lugares e papéis sociais, restringindo-as ao sexo e ao trabalho manual, particularmente aqueles relacionados às casas de família.** Dessa forma, concluiria a estudiosa:

"ser negra e mulher no Brasil, repetimos, é ser objeto de tripla discriminação, uma vez que os estereótipos gerados pelo racismo e pelo sexismo a colocam no mais baixo nível de opressão" (GONZALES, 1982:97).

"ser negra e mulher no Brasil, repetimos, é ser objeto de tripla discriminação, uma vez que os estereótipos gerados pelo racismo e pelo sexismo a colocam no mais baixo nível de opressão" (GONZALES, 1982:97).

Nas publicações "O Lugar da Mulher Negra na Sociedade Brasileira" (1982) e "Racismo e Sexismo na Cultura Brasileira" (1983), a autora destaca que o pensamento social difundido tanto nas classes populares quanto no seio das elites intelectuais precisava ser reformado, retirando os sujeitos femininos negros das posições subalternas, posicionando-as em contrapartida em condições de posse de suas plenas potencialidades. Ao mesmo tempo em que **questionava a cultura brasileira de forma ampla, Gonzalez também criticava o movimento negro por persistir em posições machistas**, flagrantes nas práticas cotidianas que levavam tais mulheres à invisibilidade. Por outro lado, **canalizava a voz das mulheres negras que se opunham à visão dominante das feministas**, as quais ainda **apresentavam comportamentos de "patroas"**, isto é, **reproduziam as práticas racistas interiorizadas em seus processos de socialização**. Ademais, em espaços de poder conquistados pelas mulheres, havia sempre uma distribuição desigual de poder, senão ausência completa de representatividade negra.

A crítica de Gonzalez ao feminismo se referia à contradição do movimento ao não se ater a outros tipos de discriminação:

"tratar, por exemplo, a divisão sexual do trabalho sem articular com seu correspondente em nível racial, é recair em uma espécie de racionalismo universal abstrato, típico de um discurso masculino e branco" (GONZALES, 1988: 153).

“tratar, por exemplo, a divisão sexual do trabalho sem articular com seu correspondente em nível racial, é recair em uma espécie de racionalismo universal abstrato, típico de um discurso masculino e branco”

Nesse sentido, propôs que o movimento de mulheres avance na discussão étnico-racial – particularmente observando o caso latino-americano em que as mulheres negras e indígenas seriam as categorias mais exploradas pelos sistemas de dominação racial e também por estarem posicionadas em classes sociais mais desprivilegiadas – para que a luta das feministas não pare numa alienação e reproduza a ideologia eurocêntrica e classista da realidade.

GLOSSÁRIO

Maria Beatriz Nascimento (1942 - 1995) foi ativista do movimento negro, historiadora, pesquisadora e poeta. Dedicou-se a estudar e a interrelacionar o racismo, os espaços - quilombos e favelas, o corpo, sexo, identidade e cultura negra, os deslocamentos socioespaciais de africanos/as e seus/suas descendentes, desenvolvendo as noções de “transmigração” e “transatlânticidade”. O livro “Eu sou atlântica” sobre a trajetória de sua vida foi escrito pelo antropólogo, geógrafo e professor da Universidade Federal de Goiás, Alex Ratts, também pesquisador especialista e ativista em relações raciais e de gênero. A publicação editada pela Imprensa Oficial do Estado de São Paulo e Instituto Kuanza tem prefácio de Sueli Carneiro.

O livro que dialoga com a obra de Beatriz e traz artigos escritos por ela, está disponível para download em: <http://www.imprensaoficial.com.br/PortalIO/download/pdf/projetossociais/eusouatlantica.pdf>

Lélia Gonzalez (1935-1994) - nasceu em Belo Horizonte, foi uma importante intelectual, política, professora e antropóloga brasileira. Formada em História e Filosofia, aprofundou seus estudos em Comunicação, Literatura, Antropologia, Sociologia e Psicanálise, na busca de compreender a realidade do negro e da mulher negra no Brasil, articulada a lutas mais amplas. Foi ativista política. Estudou profundamente a cultura, história e autores/as africanos/as, ajudou a fundar o Movimento Negro Unificado (MNU), o Instituto de Pesquisa das Culturas Negras (IPCN) e o Nzinga - Coletivo de Mulheres Negras, no Rio de Janeiro. Escreveu os livros *Lugar do Negro*, publicado pela Editora Marco Zero, e *Festas Populares no Brasil* (1987, Editora Índex), premiado na Feira de Frankfurt. Escreveu também vários textos usados em panfletos, eventos e seminários. Fez inúmeras comunicações e palestras que marcaram a militância e os/as interlocutores/as dos encontros e eventos. Foi Conselheira da primeira gestão do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (1985-1989). Saiba mais em: http://www.leliagonzalez.org.br/material/Acao_e_Pensamento.pdf Acesso em 25 de Maio de 2010.

A FORMAÇÃO DO MODERNO MOVIMENTO NEGRO NO BRASIL: PÓS-ESTADO NOVO

No pós-Estado Novo, aparecem novas formas de mobilização no território nacional. Mais uma vez, o movimento negro se organizava publicamente. Como vimos, aos estudarmos o histórico da construção do conceito de raça, no plano internacional havia uma novidade: o fortalecimento mundial das forças antirracistas; vários setores do mundo, lutavam contra o racismo, repudiando as experiências traumáticas do Nazismo e do Fascismo. O Holocausto era a símbolo máximo de que a ideia de “raça” como sistema classificatório e hierarquizador de grupos humanos deveria ser abolida, uma vez que se tinha mostrado completamente nociva para a humanidade. É justamente contra esse pressuposto e suas manifestações discriminatórias que **se reergueram formas coletivas de combate ao racismo em meados dos anos de 1940, quando o regime político oferecia mais abertura para as manifestações civis**. Nesse período, destacaram-se duas entidades que tiveram longevidade e expressão política significativas: a **União dos Homens de Cor (UHC)** e do **Teatro Experimental do Negro (TEN)**.

O Teatro Experimental do Negro (TEN) foi outro pilar para a luta pela igualdade racial no Brasil.

A cientista social Joselina Silva (2005), numa investigação minuciosa da mobilização antirracista do pós-Estado Novo, desvelou uma rede social de caráter político bastante intensa e extensa no território brasileiro. Era a **UAGACÊ ou UHC**. Saía das sombras da história uma rede de ativistas negros/as na região Sul do Brasil, mais precisamente no Rio Grande do Sul, e se estendia por vários municípios e estados da federação. A organização seguia as mesmas estratégias de sobrevivência de suas antecessoras: vivia de doações dos filiados, se valia das redes de solidariedade, fomentadas e estabelecidas ao longo da trajetória da militância política. Essas redes eram construídas com pessoas de autoridade local ou em posições econômicas mais influentes, como profissionais liberais (médicos/as, advogados/as, contadores/as, professores/as, engenheiros/as) ou ainda com indivíduos que galgavam algum *status* político. Tanto os/as simpatizantes como os/as militantes ilustres da organização foram fundamentais para mobilizar recursos materiais utilizados nos trabalhos desenvolvidos pela entidade, cujo papel era dar visibilidade para a temática do preconceito racial. Nesse sentido, suas ações visavam tanto à proteção social como à publicização de discriminação racial, vivenciadas pela população negra.

Nesse segundo ciclo de mobilização, como dissemos, o Teatro Experimental do Negro (TEN) foi outro pilar para a luta pela igualdade racial no Brasil. **Havia algo novo nessa fase do movimento negro**. A novidade não estava apenas circunscrita na forma de intervenção, **havia também uma nova forma de representação do/a negro/a**. Se a Frente Negra propunha a integração de negros/as na sociedade de classes,

“o TEN reivindicava o reconhecimento do valor civilizatório da herança africana e da personalidade afro-brasileira. Assumia e trabalhava sua identidade específica, exigindo que a diferença deixasse de ser transformada em desigualdade” (NASCIMENTO e LARKIN, 2000: 206).

Em outras palavras, não se tratava da inclusão do/a negro/a no “mundo dos/as brancos/as” por meio do **embranquecimento social**, mecanismo vastamente conhecido para aqueles/as que conseguiram mobilidade econômica e social. O projeto do TEN, ao contrário disso, passava pela valorização da identidade, reconhecendo a ancestralidade africana do/a negro/a brasileiro/a, sempre tendo como perspectiva sua inserção na comunidade política e econômica do país.

por isso a necessidade de se construir um teatro negro, cujo papel era se opor à discriminação racial não apenas nos meios artísticos como também em outras esferas da vida social brasileira.

Com essa perspectiva, o TEN produziu muitos espetáculos, estreando com a produção ***O Imperador Jones***, de Eugene O’Neill, montagem que, no Peru, foi fonte de inspiração para os/as idealizadores/as do TEN. No teatro municipal de Lima, capital daquele país, esse espetáculo foi interpretado, no início dos anos 1940, por um ator branco tingido de negro, que era a personagem central, o que impressionou **Abdias do Nascimento, um dos principais ideólogos do TEN**. Este, ao retornar da viagem para o Brasil, **pensou em realizar uma produção em que os/as negros/as poderiam atuar em papéis principais sem que uma pessoa branca precisasse se pintar de preto**. Aos seus

olhos, tal situação vista no país vizinho **também se fazia presente na realidade brasileira**, por isso a **necessidade de se construir um teatro negro**, cujo papel era se opor à discriminação racial não apenas nos meios artísticos como também em outras esferas da vida social brasileira.

À medida que o teatro foi se consolidando, as peças com temáticas afro-brasileiras ganharam mais força, como, por exemplo, *Anjo Negro*, de Nelson Rodrigues, *Filhos de Santo*, de José de Moraes Filho, *Sortilégio*, de Abdias do Nascimento, *Aruanda*, de Joaquim Ribeiro, *O Castigo de Oxalá*, de Robson Crusóé, dentre muitos outros (NASCI-MENTO e LARKIN, 2000). O TEN não só fez produções teatrais como também revelou muitos atores/atrizes e dramaturgos/as. O Teatro Experimental do Negro foi responsável pela revelação de importantes artistas negras, como ***Lea Garcia*** e ***Ruth de Souza***, atrizes que se destacam na cena cultural brasileira até os dias de hoje.

À medida que o teatro foi se consolidando, as peças com temáticas afro-brasileiras ganharam mais força

Além da talentosa presença feminina nos quadros da representação teatral, ainda figuravam outras ações dessas mulheres, articulistas e visionárias, no que toca à participação e estruturação das associações negras. Nesse sentido, Schuma Schumacher e Érico Vital Brazil expressam bem as atuações das ativistas, ao tomar o caso de uma delas:

A assistente social Maria de Lurdes Vale do Nascimento foi responsável por diferentes atividades no interior da organização. Coordenou o departamento feminino e gerenciou o jornal Quilombo, onde possuía sua própria coluna: “Fala a Mulher”. Além desses feitos, em 1950 fundou o Conselho Nacional das Mulheres Negras, um dos braços do TEN, responsável por focalizar as questões relacionadas ao feminino e à infância. Sua estrutura contava com um departamento jurídico voltado para ajudar a população negra a cumprir os requi-

sitos básicos de cidadania, tais como a obtenção de certidão de nascimento e carteira de trabalho, além de fornecer apoio jurídico”. (Schumaker e Brazil, 2007)

Do mesmo modo como aconteceu com a FNB, que foi desarticulada durante a vigência do Estado Novo, **à medida que o regime político da Ditadura Militar foi se tornando mais duro, lideranças significativas desse movimento exilaram-se**; esse foi o caso de **Abdias do Nascimento**, o principal articulador dessa organização. **Encerrava-se, assim, mais um ciclo de ação coletiva negra antirracista**, que só voltou a ter visibilidade pública no contexto de **efervescência civil pela democratização do país**.

O mais recente ciclo de mobilização negra gestou-se na década de 1970, cujos impactos se fazem reverberar na atualidade, particularmente a nova perspectiva identitária adotada pela militância (SEYFERTH, 1983). O movimento social construía uma identidade negra cultivada em espaços de sociabilidade e lazer em centros culturais e clubes negros (nos anos 1960 e 1970), onde, por um lado, se verificava a presença de uma classe média composta por famílias em ascensão social com gostos e estilos de vida diferenciados da grande massa (GIACOMINI, 2006). De outro lado, muitos desses clubes propiciaram o lazer de boa parte da juventude negra que dispunha de poucos recursos.

O movimento, antes de apresentar-se na cena pública como uma articulação de combate ao preconceito e às desigualdades raciais, encenava uma nova performance estético-política impressa nos corpos.

Influenciada pelas lutas de libertação dos países africanos e pelas lutas por direitos civis, a geração que veio a formar o movimento negro brasileiro construiu sua identidade coletiva embalada pela **Soul Music**, deixando nos armários as roupas de tonalidades básicas (cores pastéis) para encenarem nas ruas um novo visual cada vez mais colorido. Na cabeça, penteados africanos, estilizados à moda **Black Power**, que literalmente significa “poder negro”, dispensavam as perucas e as pastas de alisar cabelos. As mulheres negras dispensavam as maquiagens clareadoras da pele e davam lugar às cores vigorosas, em particular o vermelho nos lábios. O movimento,

antes de apresentar-se na cena pública como uma articulação de combate ao preconceito e às desigualdades raciais, encenava uma nova *performance* estético-política impressa nos corpos.

Frutos do “milagre econômico”, jovens negros/as que ingressaram em instituições de ensino superior (RUFINO, 1985) realizavam suas reuniões políticas em espaços de resistência ao regime, como universidades, instituições religiosas, centros estudantis e organizações partidárias, questionando os alicerces da identidade nacional, conspirando assim contra as bases ideológicas alicerçadas no *mito da democracia racial*. Nesses espaços, boa parte da militância construiu sua formação política, dialogando com os movimentos sociais e sindicais contestadores da ordem militar. Nessa efervescência política, formaram o **Movimento Negro Contra a Discriminação Racial**, **originariamente composto por negros/as e outras minorias** (como judeus/ias), apresentado na esfera pública como **entidade guarda-chuva das lutas contra o racismo**.

Não por acaso estava estampado, em quase todos os panfletos e manifestos políticos dessa época, o jargão raça e classe.

Influenciados nacionalmente pelos movimentos políticos de esquerda, pelo novo sindicalismo e pelas mobilizações estudantis (GONZALEZ, 1982; HANCHARD, 2001; GUIMARÃES, 2001), os/as ativistas negros/as não apenas interpretaram esse ambiente político como sendo propício para a construção de um movimento nacional contra o racismo, como se utilizaram da rede social e das estratégias políticas da esquerda brasileira para construir uma ação coletiva antirracista. Parte significativa da intelectualidade negra que dava sustentação teórica ao movimento negro articulou a linguagem marxista com a crítica social contra o racismo, traduzindo o conceito de classes em termos raciais. Não por acaso estava estampado, em quase todos os panfletos e manifestos políticos dessa época, o jargão *raça* e *classe*. **Os/As intelectuais e as principais lideranças negras** construiriam **um discurso radical e contencioso, denunciando as práticas coletivas e representações sociais de setores conservadores, mas também de segmentos progressistas do país.**

A ideia de consciência negra – como simbologia máxima do despertar crítico, simultaneamente individual e coletivo do/a negro/a brasileiro/a – construiu-se num campo interpretativo que permitia acesso cognitivo para os/as intelectuais e ativistas de inspiração marxista, assim como era capaz de dialogar e importar “matérias simbólicas” (ORTIZ, 1985) do movimento negro norte-americano e dos negros/as africanos/as em suas lutas por emancipação, cidadania e afirmação étnico-racial. Todavia, em vez de contentar-se em copiar passivamente as categorias, símbolos e estratégias das lutas internacionais, os/as ativistas e suas lideranças cuidaram de recriá-los/as à luz das peculiaridades de nossa realidade sócio-histórico-cultural. Tanto é assim que pesquisadores/as estrangeiros/as, ao analisarem as mobilizações antirracistas nacionais, decepcionam-se por elas não tomarem como modelos ações bem sucedidas da luta pelos direitos civis (HANCHARD, 2001).

A legitimidade política do movimento apoiou-se também nos setores antirracistas da academia, particularmente os/as intelectuais que vinham realizando estudos sobre o preconceito de cor e as desigualdades raciais, a exemplo do sociólogo Carlos Hasenbalg (1979) várias vezes citado neste Curso, que, em *Discriminação e desigualdades raciais no Brasil*, estabeleceu um divisor de águas nos estudos de relações raciais no país. Em sua tese de doutorado demonstrou que as desigualdades entre brancos/as e não-brancos/as não eram visíveis somente na estratificação social brasileira, e sua explicação não poderia ser atribuída apenas à herança escravista. Ao estudarmos os indicadores de desigualdade racial na Unidade 3, recorreremos à análise do autor para demonstrar como as formas de discriminação e preconceito raciais se atualizam no desenvolvimento do capitalismo brasileiro. O autor sugere a existência de mecanismos discriminatórios, que prejudicam a mobilidade dos grupos de cor/raça do Brasil. As explicações sociológicas de Hasenbalg foram decisivas para a sustentação da luta antirracista no país, uma vez que o movimento negro encontrava e encontra nelas bases argumentativas para seus discursos e ações, num contexto em que as discriminações são percebidas pelos indivíduos e grupos.

em vez de contentar-se em copiar passivamente as categorias, símbolos e estratégias das lutas internacionais, os/as ativistas e suas lideranças cuidaram de recriá-los à luz das peculiaridades de nossa realidade sócio-histórico-cultural.

Outras alianças foram seladas pelo movimento negro com movimentos de base identitárias, como o movimento feminista, particularmente em decorrência do trânsito das mulheres negras, que se tornaram figuras centrais para circulação das ideias políticas, traduzidas naqueles anos pela luta contra o racismo e o sexismo. No módulo 2, *Políticas Públicas, sexo e gênero*, pudemos conhecer mais a história de mobilização do movimento de mulheres negras. Aqui queremos apenas destacar a importância deste movimento ao vislumbrar a construção de um ativismo capaz de responder às suas demandas específicas, que não encontravam eco suficiente no movimento negro nem no movimento feminista. Longe de se opor a tais movimentos, a militância feminina negra construiu suas bases ideológicas em diálogo constante com esses e os demais movimentos sociais.

GLOSSÁRIO

Black Power - foi um movimento liderado por negros/as, que teve seu auge no final dos anos 1960 e início dos anos 1970 em todo o mundo, especialmente nos Estados Unidos. O movimento enfatizou o orgulho racial, incentivou a criação de instituições culturais, provocou políticos/as negros/as para promoção dos interesses coletivos e da autonomia dos/as negros/as. A expressão “Black Power” foi criada pelo militante do movimento negro nos Estados Unidos, Stokely Carmichael, em uma frase que ficou célebre: “*Estamos gritando liberdade há seis anos. O que vamos começar a dizer agora é poder negro*”.

Embranquecimento social - segundo Andreas Hofbauer, “o ideário do *branqueamento* induz a negociações contextuais das fronteiras e das identidades dos envolvidos. Essa prática social contribui não apenas para encobrir o teor discriminatório embutido nessa construção ideológica, mas também para abafar uma reação coletiva. Assim a teoria do branqueamento ‘atua’ no sentido de dividir aqueles que poderiam se organizar em torno de uma reivindicação comum, e faz com que as pessoas procurem se apresentar no cotidiano como o mais branco/a possível” (HOFBAUER, A. *Uma história de branqueamento ou o negro em questão*. São Paulo: Editora da UNESP, 2006, p. 212-213). Tendo isso como perspectiva, pode-se acrescentar que o *embranquecimento social* diz respeito, sobretudo, ao ingresso de um indivíduo não branco ao mundo das classes médias e altas, composta majoritariamente por pessoas de cor branca. Em processo de ascensão social, tais indivíduos poderiam optar por adotar e compartilhar dos valores da sociedade dominante, entendidas como pertencentes à “cultura branca”. Uma reflexão pormenorizada dessas explicações pode ser encontrada no livro: FIGUEIREDO, Ângela. *Novas Elites de Cor: estudo sobre os profissionais liberais negros de Salvador*. São Paulo: CEEA, Annablume, 2002, 1ª Ed, p. 117.



Lea Garcia- ficou famosa ao interpretar a escrava Rosa na telenovela *Escrava Isaura* (1976), de Gilberto Braga; no entanto inúmeros são os trabalhos importantes da atriz no cinema e na televisão.

O Imperador Jones - escrita pelo dramaturgo Eugene O’Neill , prêmio Nobel de Literatura. Pela famosa peça (1920), recebeu o Premio Pulitzer. Abdias do Nascimento descobriu, em *O Imperador Jones*, “na tragédia daquele negro infeliz”, como registrou no artigo *Teatro experimental do negro: trajetória e reflexões*, o retrato mais aproximado da situação do/a negro/a após a abolição da escravidão e conseguiu de Eugene O’Neill a concessão gratuita dos direitos. Se, em Lima (Peru), tinha visto a peça encenada por um ator branco tingido de preto, no Brasil, a peça teria atores/atrizes negros/as do Teatro Experimental do Negro – TEN. O espetáculo, dirigido por Abdias do Nascimento, estreou em maio de 1945 no Teatro Municipal do Rio de Janeiro e obteve boa receptividade, com elogios ao protagonista, Aguinaldo Camargo.



Ruth de Souza - iniciou sua carreira, ainda adolescente, no Teatro Experimental do Negro. Foi a primeira atriz negra a se apresentar no Teatro Municipal do Rio de Janeiro. Trabalha no cinema, teatro e televisão. Seu último filme foi *Filhas do vento* (2004), pelo qual recebeu o Prêmio de melhor atriz ao lado de Lea Garcia, no 32º Festival de Gramado.

Filhas do Vento – Joel Zito Araújo (2004) – passa-se entre irmãs, mães e filhas, em uma pequena cidade do interior de Minas Gerais, onde os fantasmas da escravidão e do racismo acentuam os dramas de forma sutil e poderosa. Uma história atual que articula dois mundos: o das mulheres negras do interior do Brasil e daquelas que vivem nos centros urbanos em contextos sociais de classe média. De certa forma, busca metaforicamente confrontar o drama de reconhecimento dos atores e atrizes negros/as no mundo do cinema e da TV, com o mundo “aparentemente cálido” das relações entre negros/as e brancos/as no interior do Brasil. É uma lírica história de redenção amorosa entre quatro mulheres negras, que, em um dia especial de suas vidas, desenterram suas histórias para restabelecer o amor natural e fraternal, sem barreiras, existentes entre irmãs, mães e filhas.

O filme recebeu vários prêmios no 32º Festival de Gramado - Cinema Brasileiro e Latino: Joel Zito Araújo - prêmio de melhor diretor; Milton Gonçalves - prêmio de melhor ator; Léa Garcia - prêmio de melhor atriz; Ruth de Souza - prêmio de melhor atriz; Taís Araújo - prêmio de melhor atriz coadjuvante; Thalma de Freitas - prêmio de melhor atriz coadjuvante; Rocco Pitanga - prêmio de melhor ator coadjuvante e Prêmio da Crítica.

Soul Music – ou música da alma, é um gênero musical que nasceu na década de 1960, nos Estados Unidos, entre os/as negros/as, sob influência da música gospel (música cristã) e dos blues, que tem forte influência do jazz.

UAGACÊ ou UHC – União dos Homens de Cor, organização que tem início em 1943, se estabelece na década de 1950 e se expande na década de 1960. A UHC buscava o reconhecimento da participação dos/as negros/as no projeto de nação brasileira. Uma de suas metas era inserir seus/suas representantes em cargos eletivos, além de atrair negros/as parlamentares estaduais ou municipais para a organização. Em alguns momentos, a UHC organizava caravanas para doação de roupas, alimentos e medicação para os que necessitavam.

Para maiores informações, consulte:

http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0101-546X2003000200002&script=sci_arttext Acesso em 25 de Maio de 2010.

A FORMAÇÃO DO MODERNO MOVIMENTO NEGRO NO BRASIL: DO INÍCIO DO SÉCULO XX AO ESTADO NOVO

O movimento negro brasileiro, em sua acepção moderna, surgiu no início do século XX, quando emergiram na cena pública os primeiros protestos contra o preconceito de cor nos jornais da chamada **IMPRENSA NEGRA** (BASTIDE 1973) e nas associações que, aos poucos, assumiram objetivos políticos em favor da integração do/a negro/a na sociedade de classes (FERNANDES, 1964).

Nesse período, apareceram as formas de atuação antirracistas mais próximas daquilo que conhecemos hoje, isto é, o enfrentamento público das manifestações preconceituosas daqueles que impediam os/as descendentes de africanos/as de exercerem seus direitos sociais e civis. O grande desafio enfrentado por esse ativismo político foi a contradição instituída no processo de modernização brasileira: as mãos que construíram a força de trabalho durante quase quatro séculos, neste país, eram sistematicamente desqualificadas no mercado de mão de obra livre.

IMPRENSA NEGRA

O Clarim da Alvorada (1924-1940) – as matérias incentivavam a união da população negra, valorizavam a contribuição de negros/as na formação do Brasil e conscientizavam-no/a para sua integração plena na sociedade brasileira.

A Voz da Raça (1933-1937) – porta-voz da Frente Negra Brasileira, revelava a insatisfação negra, afirmava os direitos históricos, políticos e sociais de negros e negras; se contrapunha à discriminação e ao preconceito e incentivava o/a negro/a a concorrer com o/a branco/a.

O Menelick (1915-1916) – jornal comunitário, tratava de assuntos vinculados à cultura e à identidade negra. Reservava espaço para paqueras e notícias do cotidiano.



Finda a escravidão no Brasil, o primeiro período republicano foi marcado pelo preconceito racial, particularmente no mercado de trabalho e nos espaços de entretenimento, como clubes, bailes, festas etc. Essa situação discriminatória impulsionou os/as afro-brasileiros/as a construir espaços próprios de sociabilidade, onde pudessem evitar constrangimentos de cunho racial nos momentos de lazer. Alguns desses espaços erguidos pela e para a comunidade afro-brasileira foram, aos poucos, se tornando mais propositivos no que diz respeito ao combate do racismo. Os jornais que circulavam no interior da comunidade, além de noticiarem casamentos, aniversários, festas e eventos esportivos, passaram a evidenciar e discutir situações de preconceito racial vivenciados pelos membros desse grupo. Miriam Nicolau Ferrara, que investigou minuciosamente esse veículo de comunicação da comunidade negra, apresenta o seguinte parecer:

"Um órgão de protesto oriundo do tratamento desigual entre o grupo minoritário (negros) e o outro dominante (brancos), a imprensa negra reivindicava os direitos dos negros que se manifestam contra esse tratamento. Por outro lado, cabe a essa imprensa fazer com que

o negro supere a sua passividade e o seu conformismo, assim os jornais teriam a função de socializar, integrar e controlar o grupo negro” (FERRARA, 1986: 196-197).

Com efeito, **os jornais negros assumiram um discurso crítico às formas de preconceito praticado na sociedade** e, ao mesmo tempo, **procuravam incutir nos/as negros/as valores e crenças sociais compatíveis à integração desse segmento à ordem social e econômica burguesa**. Esses ideais orientaram não apenas a produção jornalística negra, mas também permearam suas organizações surgidas nesse contexto. Para se ter uma ideia de quão expressiva era a vida social e política dessas entidades, Petrônio Domingues nos conta um pouco sobre essa experiência em São Paulo. Nas palavras do historiador pernambucano:

“No período do pós-Abolição (transição do século XIX para o XX), os/as negros/as criaram diversas associações em São Paulo: grêmios recreativos, sociedades cívicas e beneficentes. (...) As associações negras mantinham uma ativa vida social, muitas delas se reuniam diariamente. A maioria tinha como eixo central de atuação garantir o lazer de seus afiliados, principalmente por meio dos bailes dançantes. As associações negras cumpriam, fundamentalmente, o papel de produtoras de uma identidade específica, de um ‘nós’, negros, em oposição a “eles”, brancos (DOMINGUES, 2007:348).

Esse contexto de associativismo marca o primeiro ciclo de mobilização do movimento negro, em que a **Frente Negra Brasileira** (1931-1937) se constituiu na cidade de São Paulo como polo divulgador da política antirracista, arregimentando um elevado número de sócios/as na capital e no interior paulista, expandindo-se também para outros estados brasileiros, tais como Rio de Janeiro, Minas Gerais, Espírito Santo, Rio Grande do Sul, Bahia e Pernambuco. Alguns/as estudiosos/as passaram a denominar seus/suas líderes e intelectuais de *elites negras*, por pertencerem a uma camada social composta por indivíduos que tiveram alguma ascensão social, deslocando-se da massa de trabalhadores/as de baixos estratos sociais com pouca ou nenhuma escolaridade.

Assim, a entidade propiciava espaços de lazer, de estética, de profissionalização, de participação política.

Com efeito, as nomeadas *elites negras* exerciam profissões liberais e diferenciavam-se pelo nível educacional, o que levava aqueles e aquelas sob essa denominação a assumirem posições de direção na Frente Negra Brasileira. Contudo, a maior parte dos/as seus/suas integrantes eram trabalhadores/as manuais, empregadas/os domésticas/os e empregados/as em posições subalternas. A organização mantinha-se por recursos próprios advindos das mensalidades pagas por seus/suas sócios/as, e suas atividades eram sustentadas por meio de trabalho voluntário (DOMINGUES, 2005). **Com esse esforço, eles prestavam auxílio aos/às associados/as que dispunham de pouca ou nenhuma proteção social**. Assim, a entidade propiciava espaços de lazer (como salão de jogos e bailes), de estética (como salão de beleza com barbeiro/a e cabeleireiro/a), de profissionalização (como oficina de costura), de participação política (por meio da instalação de posto de alistamento eleitoral). Ademais, ela dispunha de “uma caixa beneficente que prestava auxílio médico, hospitalar,

farmacêutico e funerário aos associados” (DOMINGUES, 2007:349). Ou seja, **o propósito da organização era exatamente garantir a proteção social àqueles/as que estavam visivelmente desamparados/as**, uma vez que **o Estado ainda não dispunha de sistema amplo, universal e capaz de atender a todos/as cidadãos/ãs**.

No interior dessa organização as mulheres negras se destacam pelo empenho no processo de formação educacional. No livro *Mulheres Negras do Brasil* (2007), Schumacher e Brazil nos contam sobre algumas dessas experiências:

"O curso de alfabetização era conhecido como 'Educação moral e cívica' e nele a mobilização voluntária das professoras foi determinante para transformá-lo em verdadeira escola. As mestras deslocavam-se entre os diversos bairros da capital e do interior do estado de São Paulo. Dentre elas destacaram-se Celina Campos – professora de música – Antonieta e Gersen Barbosa, responsáveis pela iniciativa que tornou possível a implementação da biblioteca. Ao mesmo tempo o grupo atraía pessoas já envolvidas em outras lutas sociais, como Laudelina Campos de Melo, que em 1936, durante o período áureo da Frente Negra, criou a Associação das Empregadas Domésticas em Santos. (SCHUMAHER e BRAZIL, 2007:278)

A FNB fazia as vezes de espaço de participação política, pautando a temática racial, por meio da denúncia contra o preconceito de cor/raça,

A FNB fazia as vezes de espaço de participação política, pautando a temática racial, por meio da denúncia contra o preconceito de cor/raça, **uma vez que “tanto políticas de base popular quanto os partidos da elite não incluíam em seus programas a luta a favor da população negra”** (DOMINGUES, 2007:350). Não para menos, essa organização chegou a se constituir enquanto partido político, objetivando participar das eleições, mas logo entrou na ilegalidade em 1937, quando foi

instaurado o regime político do Estado Novo.

A FNB deixou como herança para os movimentos sociais brasileiros uma visão intransigente da igualdade. Boris Fausto (2008), por exemplo, ao analisar a vida paulistana dos anos 30, depara-se com um caso polêmico na imprensa da época, que se via embaraçada numa investigação controversa de um processo longo envolvendo um jovem negro, acusado de ter matado brutalmente seus patrões, em um restaurante chinês. O fato era

Florestan Fernandes (1964) afirmou que o movimento negro brasileiro modernizava os valores da sociedade, pois visava a transformações de caráter eminentemente democrático.

que o suposto acusado ficou durante muitos anos na cadeia, esperando por um julgamento marcado por faltas de provas e repleto de concepções herdeiras do racismo científico ainda impregnado na criminologia e nos setores das ciências médicas de então. Conta-nos o historiador paulista que a União Negra Brasileira, uma organização composta por ex-integrantes da FNB, interveio em favor do réu, oferecendo-lhe um advogado, uma vez que o rapaz não dispunha de recursos para tanto, o que foi decisivo para a sua absolvição. O ato revelaria mais uma evidência de que **as organizações negras advogavam em favor de direitos civis, universalizando o conceito de cidadania no Brasil**. Foi referindo-se a situações como essa que o sociólogo Florestan Fernandes (1964) afirmou que

o movimento negro brasileiro modernizava os valores da sociedade, pois visava a transformações de caráter eminentemente democrático.

Não por acaso, as experiências políticas do movimento negro, assim como dos demais movimentos sociais, estão intimamente ligadas aos períodos democráticos ou aos processos de democratização, como bem observado pelo cientista social americano George Andrews (1991), ao analisar o ativismo afro-brasileiro. Se, por razões políticas no âmbito do fechamento do regime, ocorre a dissolução da FNB e a dispersão da mobilização política negra dos anos 1930, o movimento toma fôlego novamente com o fim da Ditadura Vargas.

GLOSSÁRIO

Elites Negras - Essa denominação aparece frequentemente nos ciclo de estudos de relações raciais, financiados pela UNESCO, na voz de intelectuais como Bastide e Fernandes (1955), Costa Pinto (1953) e Thales de Azevedo (1953), dentre outros.

